Contraposições, iniciativas e quebra da reprodução de conceitos racistas

19/04/2011

---

erlom Miguel e Diego Lustosa*

“A arma mais poderosa nas mãos do opressor é a mente do oprimido”
(Steve Biko)

O racismo é o preconceito contra um grupo racial distinto, fazendo com que o grupo opressor construa mecanismos de distanciamento e de controle sobre outro grupo racial. O racismo cria mitos, padrões, formatos, critérios, etc. Esses elementos juntos conformam-se em valores morais e estéticos, formalizando o que é certo e o que não é, o que é bonito e o que é feio, o que deve ser aceito e o que deve ser repudiado. Não é necessário entrar no debate já superado sobre o conceito de raça biológica. Todos sabemos que, do ponto de vista biológico, as raças não existem. Reivindicamos a raça negra sob critério político, de um segmento étnico no Brasil, em sua maioria afrodescendentes que sofreram e sofrem preconceito e discriminação.

O racismo constrói leis, regras e mecanismos para manter o poder político e econômico, em detrimento da raça oprimida. Conforme Lênin, “o Estado é a organização especial de um poder: é a organização da violência”. A Universidade, na qual entram os filhos das elites, que são os das melhores escolas particulares, que por uma naturalização perversa são os filhos dos não-negros. A televisão, que prefere “gente bonita” que obedece a um padrão de beleza europeu, que é necessário para aparecer na mídia; logo, o padrão negado – o negro, no caso do Brasil -, não estará na televisão. Obviamente existem exceções, existe um ou outro negro que se adapta ou adéqua ao padrões para adquirir aceitação. Enfim, o racismo é um mecanismo perverso de manutenção de hegemonia, para exercê-lo é fundamental conseguir preponderância, coisa que hoje a população negra não possui. Não existem leis, regras, universidades, política, normas que fortaleçam uma dominação negra contra um segmento dominado.

O preconceito, por sua vez, é um juízo preestabelecido, manifestado geralmente na forma de uma atitude discriminatória perante pessoas, lugares ou culturas consideradas diferentes. O ser humano tenta de forma equivocada estabelecer conceitos sobre coisas das quais desconhece, ou conhece superficialmente. Reproduzir o preconceito é um equívoco irrefletido.

As opressões sempre são geradas a partir de um movimento em cadeia, responsável por sua perpetuação. Três atores são fundamentais na constituição da opressão racial: o ser hegemônico, que organiza a opressão; o emissor da opressão; e o receptor oprimido. Dois dos maiores emissores do racismo, Demétrio Magnoli e o deputado federal Jair Bolsonaro, repetem que todos os avanços das políticas afirmativas criam uma sociedade divida em raças. É bastante cômico, pois não fomos nós quem criamos a sociedade racializada, ela foi construída com tijolos sólidos pelos não-negros. Existindo esta sociedade racializada, utilizamos o conceito político de raça para exigir reparação. No final, percebemos que não debater a divisão racial da economia é manter as estruturas como estão, o que não é nada ruim para a elite hegemônica, que no Brasil é formada por não-negros.

Nesse sentido, a ministra Matilde Ribeiro ousou ao afirmar que “não é racismo quando um negro se insurge contra um branco”. E disse ainda: “A reação de um negro de não querer conviver com um branco, eu acho uma reação natural. Quem foi açoitado a vida inteira não tem obrigação de gostar de quem o açoitou”. Entendemos que a declaração da ministra aponta na direção de desconstruir a ideia de um racismo às avessas, uma vez que a prática racista apóia-se em um tripé político-econômico-étnico, inacessível ao trabalhador

negro. O racismo é uma prática eminentemente política, interessante a uma elite branca que oprime política e economicamente. É importante ressaltar essas dimensões política e econômica do ato racista, pois existem os milhões de brancos brasileiros descendentes de imigrantes europeus pobres que vieram trabalhar na lavoura do café no fim do século XIX, após a abolição da escravatura, e que mais tarde, no veloz processo de urbanização e industrialização do país no século XX, com o declínio da economia cafeeira, migraram para as grandes cidades e transformaram-se nos operários oprimidos pela mesma hegemonia racista, que de tão abrangente afeta também o branco pobre. Portanto, é preciso revelar a luta de classes, em que há uma elite branca opressora e uma imensa massa oprimida, em grande maioria negra, mas que também incorpora os não-negros que historicamente sofreram o êxodo rural e os descendentes dos povos indígenas, que tiveram suas terras violentamente roubadas. O brasileiro trabalhador que discrimina seu companheiro negro reproduz irracionalmente o discurso do ser hegemônico, que organiza, legitima e dissemina a opressão racial e a falsa inferioridade do povo negro.

Ainda abordando o "racismo às avessas", podemos citar o caso do bloco afro ilê aiyê, que sofreu muitas acusações de promover essa atitude. O bloco surgiu em 1974, e desde aqueles dias até hoje tem provocado muita polêmica. Quando surgiu, o jornal "A Tarde" publicou: "Bloco Racista, Nota Destoante", declarando que "não temos, felizmente, problema racial. Esta é uma das grandes felicidades do povo brasileiro". Naquela época, os blocos de Salvador faziam um criterioso pente-fino com foto, endereço e faixa salarial para acessar ou não um bloco de carnaval pago. De lá para cá algumas coisas mudaram. O Bloco ganhou notoriedade, organizou movimentos, afirmou um povo e propõe a igualdade, a seu modo, empurrando o dedo na ferida. Mesmo com fama e prestígio, o Ilê Aiyê representa as cotas no Carnaval, na festa onde os trabalhadores negros trabalham para os brancos beijarem-se e divertirem-se. Para acessar o Ilê o critério não é meramente econômico, até porque se fosse assim excluiria a população negra. O critério para acessar o ilê aiyê é racial, é político, utiliza um mecanismo de combate ao racismo que se chama "discriminação positiva": discriminar para dar entrada aos excluídos. O seu principal objetivo é fazer luta. Com certeza, um dia o Ilê se abrirá, mas quando houver igualdade.

O sentido de políticas afirmativas, como a do Ilê, é corrigir as desigualdades historicamente construídas, não criar um novo apartheid. O povo negro não deseja incitar o ódio ou a segregação, como afirmam os servos midiáticos da elite, mas protagonizar o processo de libertação dos trabalhadores oprimidos. "A grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos é libertar-se a si e aos opressores," como anunciou Paulo Freire. Isso só se torna possível quando os oprimidos lutam para libertar-se da situação de opressão em que vivem e modificar as estruturas do sistema opressor, que permite a violência do dominador, para que ninguém mais seja oprimido. Até porque, caso contrário, a luta não teria sentido, pois seria apenas uma troca de elites.

O problema da ação do capital no Brasil se dá principalmente em detrimento da população negra. Para Marx, "a história da sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes". A luta de classes no Brasil está intrinsecamente ligada à luta anti-racista. É necessário organizar uma contra-ofensiva, não orientada pelo ódio – inútil à revolução – , mas norteada pela consciência da luta de classes e pela revolta contra esse modo indigno, desumano e injusto de organização social, promovido pela elite branca contra o trabalhador, especialmente o trabalhador negro. Não perdemos de vista que "o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de amor", como afirmou Che.

A tarefa é árdua, mas a vitória virá! Evidentemente, nós, negros e negras organizados, devemos dialogar nossas pautas cotidianamente com os setores que fazem a luta. Existem muitos aliados não-negros, por isso militantes da esquerda, movimentos sociais, dos direitos sexuais e das mulheres devem permanecer unidos.

Tendo em vista os aspectos observados, percebemos que os negros muitas vezes até reproduzem o preconceito que eles sofrem, mas isso não pode ser chamado de racismo. Mesmo assim, qualquer tipo de preconceito é nocivo, perverso e deve ser extirpado das relações humanas. O preconceito racial deve ser denunciado e excluído de toda forma de ação do Estado ou política pública. Para tal, nos organizemos duramente contra esse mal! Recordando o grande Luther King, "devemos aceitar a decepção finita, mas nunca perder a esperança infinita."

** Herlom Miguel é Militante do Coletivo Nacional Enegrecer; e Diego Lustosa é integrante do Centro Acadêmico de História da Universidade Católica de Salvador.*

Compartilhe nas redes: